



CONTANDO HISTÓRIAS: O INVENTÁRIO DO MUSEU HISTÓRICO ANITA GARIBALDI COMO FERRAMENTA DA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Eixo Temático 1 - Museus, Políticas Públicas e Sustentabilidade

Palavras-chave: Levantamento, Preservação, Memória, Patrimônio Cultural

Marcela Martins Tavares

Licenciada em História/ Universidade do Sul de Santa Catarina
marcelamtavares@outlook.com

Francielen Vieira Meurer

Arquiteta e Urbanista/ Universidade do Estado de Santa Catarina
francielen.meurer@gmail.com

APRESENTAÇÃO

De acordo com a perspectiva de Roque Laraia (2007), a cultura serve como um referencial de comportamento em cada sociedade. Influenciando estéticas, estabelecendo critérios de adequação, orientando interações e ações por meio da socialização.

Laraia define cultura como:

“O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, resultado da operação de uma determinada cultura” (Laraia, 2007, p. 68).

Conjuntamente, o patrimônio se faz como referência a todos os elementos materiais ou imateriais, abrangendo monumentos/edificações históricas e sítios arqueológicos até tradições e costumes que são considerados por uma sociedade, significativos. Zinirato e Ribeiro simplificam a compreensão de patrimônio ao citar Gonzales-Varas¹:

“Os bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis que compreendem o patrimônio cultural são considerados “manifestações ou testemunho significativo da cultura humana”, reputados como imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo” (Gonzales-Varas, 2003, p. 44 apud Zinirato; Ribeiro, 2006, p. 252).

¹ GONZALES-VARAS, Ignacio. *Conservación de bienes culturales*. Madrid: Cátedra, 2003. p.44.



O patrimônio tem caráter fundamental na formação e preservação da identidade de uma sociedade, refletindo não apenas na sua história, mas nas suas experiências, lutas e valores. A partir disso, se faz necessário o conceito do patrimônio, quem ele o representa e qual a sua importância. Segundo Cittadin e Cruz,

“O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e aqueles que viveram muito tempo antes delas. São referências que quer transmitir às próximas gerações. Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e e por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros [...]” (Cittadin; Cruz, 2020, p. 12).

A Constituição Federal de 1988, também contribui ao definir que patrimônio cultural como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (LOURENÇO, 2015).

Em vista disso, o museu se faz importante ao resguardar bens culturais que transmitem informações acerca da identidade e história de uma sociedade, permitindo o exercício pleno de cidadania. Teixeira e Ghizoni complementam:

“[...] o museu é responsável pela preservação de suas coleções, pressupondo a guarda, a segurança e a disponibilização para pesquisa e apreciação estética por meio de exposições e em condições adequadas. Ações estas, que possibilitam à instituição museológica democratizar seu acervo, tornando-o socialmente protegido e amplamente usufruído” (Teixeira; Ghizoni, 2012, p. 12).

A primeira fase de construção do edifício que hoje abriga o Museu Histórico Anita Garibaldi (MHAG) ocorreu entre 1735 a 1747, para sediar a Casa Câmara e Cadeia da Vila Santo Antônio dos Anjos, sendo um vetor de expansão urbana e desenvolvimento da área. O piso superior abrigava a Câmara dos Vereadores e o térreo a Guarda Municipal.

Foi a primeira edificação a ser tombada pelo SPHAN (atual IPHAN) como monumento isolado, em 1954, devido ao seu valor arquitetônico, histórico e simbólico para a cidade e para o país, como um dos exemplares mais antigos da arquitetura colonial. É também uma das únicas a possuir o registro individual além de estar inserida dentro da poligonal de tombamento do centro como cidade-documento, ocorrido em 1985.

O espaço foi transformado em Museu Histórico Anita Garibaldi no ano de 1956, abrigando um eclético acervo, com peças relacionadas à formação sociocultural lagunense. Em entrevista com a atual museóloga, Mirella Honorato, entre o período de 2001 a 2004, o museu possuía um maior controle acerca do registro de acervos, tendo o Livro Tombo completo, um inventário atualizado impresso e uma organização efetiva construída por uma funcionária pública. Contudo, ao longo das gestões subsequentes, houve uma perda significativa do acervo, que foi remanejado para outras edificações do poder público sem devida política de transporte



adequada tão pouco documentações que garantissem a seguridade das coleções. Bem como a perda dos registros, sobrando apenas recortes do Livro Tombo e de inventários de outras gestões, dificultando ainda mais a preservação e o conhecimento integral sobre o patrimônio do museu.

Em agosto de 2018, a edificação Câmara e Cadeia, localizada no centro histórico do município de Laguna, foi fechada por questões de infraestrutura. Havia sido identificado a necessidade de ajustes estruturais, melhorias na equipe técnica, adequação na aquisição das obras e conservação do acervo, esta demanda foi reforçada com as recomendações no Inquérito Civil 06.2018.00006787-3 do Ministério Público de Santa Catarina, realizada em agosto de 2018. A edificação foi reaberta apenas em 2023.

Durante esse período, foi proposto um projeto de restauro seguido de um trabalho interno de levantamento do acervo do museu, através de um Plano de Arrolamento, idealizados pela museóloga Mirella de Jesus Honorato e arquiteta Francielen Meurer – que faziam parte da gestão de servidores da Fundação Lagunense de Cultura –, visto que, havia pouco controle e conhecimento sobre a totalidade do acervo museológico, seu histórico e sua real diversidade. Uma vez que, o Livro Tombo e Inventários anteriores produzidos por outras equipes, encontravam-se desorganizados, incompletos e pouco compreensíveis.

Bem como a grande maioria dos museus regionais, o Museu Histórico Anita Garibaldi possui um eclético acervo que não passou por uma curadoria e que teve como política de acervo decretos ou coleções significativas doadas que:

“[...] em sua origem não passaram por processos de definição de políticas ou planejamentos estratégicos que incluíssem critérios claros sobre o que aceitar em doação ou mesmo o que buscar, por meio de pedidos, patrocínio ou compra direta, para compor seus acervos” (RAMOS, 2010, p. 15).

Portanto, como forma de resgatar informações concretas a respeito do acervo e buscar preservação do patrimônio cultural da região, visto o histórico de peças desaparecidas – como o caso polêmico do Sino da escadaria desaparecido no final de 2016 –, fez-se a necessidade de um levantamento que trouxesse em seu registro a totalidade de peças presentes no museu.

O MUSEU

As paredes de areia, pedra e cal erguidas na Praça República Juliana - antiga Praça da Bandeira - da rua Raulino Horn durante o séc. XVIII marcaram a sede da administração e justiça no coração do município de Laguna, encabeçando o palco do Paço do Conselho Municipal. Conhecido como Edifício Câmara e Cadeia, sediou a proclamação da *República Catharinense Livre e Independente* (1839) durante a Revolta Farroupilha² (1835-1845) que eclodiu no Rio Grande do Sul.

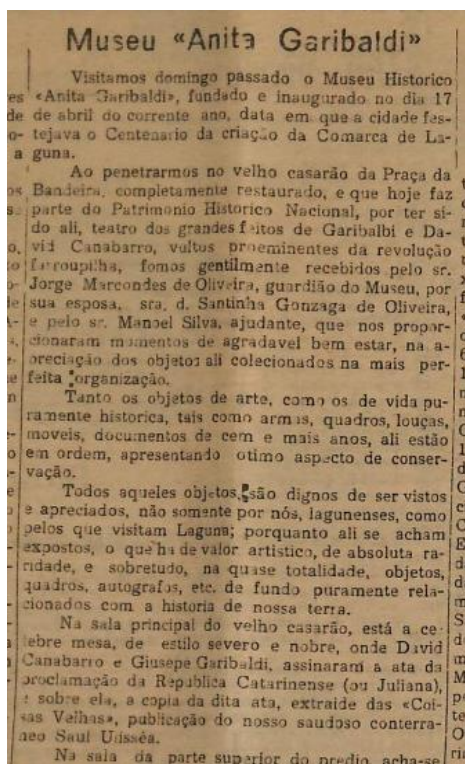
² “A Revolução Farroupilha (1835-1845) se configurou, historicamente, como evento emblemático da memória pública no Rio Grande do Sul. Seus lances de batalha são, ainda hoje, narrados em tom épico, e seus protagonistas



No ano de 1956 a edificação se estabelece como Museu Histórico Anita Garibaldi por meio da Lei Ordinária nº 222 de 15 de outubro de 1956, durante o governo municipal de Walmor de Oliveira. Resguardando peças de grande valor arqueológico encontradas em sambaquis regionais, bem como artefatos que contam a trajetória sociocultural lagunense, como mobiliários, utensílios domésticos e artefatos religiosos.

Desde então, a relação entre a comunidade e o museu passa a ter muita afetividade, sendo reforçada também pela imprensa local. A edição de junho de 1956 do jornal O Albor descreve a visita no museu como “digno de ser visitado pelos forasteiros” (O Albor, 1956, ed. 2638), além disso menciona sobre os ambientes e os seus respectivos acervos, como a mesa - atualmente exposta no 2º piso - onde Giuseppe Garibaldi e David Canabarro assinaram a ata da Proclamação da República Juliana, bem como uma cópia desta ata - que atualmente não está exposta e não há informações sobre sua presença no acervo - extraída do livro “Coisas Velhas” de Saul Ulysséa de 1946.

Figura 01 - Menção da inauguração do Museu Histórico no Jornal Albor



Fonte: Jornal O Albor, 30 de junho de 1956, ed. 2638 - Arquivo Público de Laguna (Casa Candemil)

transformados em heróis da ‘pequena’ e da ‘grande’ pátria, ora pela suposta resistência à opressão do centro político e econômico do Brasil, ora pela também hipotética aspiração à liberalização e ‘republicanização’ do país, o que incorre na afirmação de seu caráter nacionalista.” (Zalla; Menegat, 2011, p.49)

“Deve se ater ao fato de que a Guerra dos Farrapos não foi uma guerra da população rio-grandense contra o Império brasileiro, mas sim, de uma parte dos chefes militares ou paramilitares contra outros chefes sul-rio-grandenses, que continuaram a defender o governo imperial e foram auxiliados, principalmente a partir de 1842, com levas trazidas de outros cantos do Brasil, uma vez que neste ano estavam erradicadas rebeliões que agitavam outros confins do Império - estas sim, muitas vezes com caráter popular.” (Schmitt, 2018, p. 359)



Durante sua existência - até 9 de janeiro de 1965 -, o periódico noticiava o cotidiano do município e as tensões políticas que permeavam os cenários ao passar das décadas, e a rotina do museu também era comunicada. Por ser um museu de doações feitas pela comunidade, era comum os noticiários de doadores que cediam seus acervos pessoais.

Desde sua inauguração, o Museu Histórico Anita Garibaldi, dedicou-se em apresentar sua imensa variedade de acervos (hoje contam com aproximadamente 2.400 peças em exposição e reserva técnica) para o público turista que optou pela Laguna como rota. Hoje o museu é resguardado pela Fundação Lagunense de Cultura (FLC), órgão público responsável pelas atividades culturais e patrimoniais da cidade. Como incentivo para a visita da comunidade ao museu, os ingressos passaram a ser isentos aos moradores lagunenses.

O ARROLAMENTO

O arrolamento é um processo de contagem de todos os itens pertencentes ao museu, durante o qual se elabora uma lista numerada para controle e identificação geral do acervo. Trata-se de uma inspeção inicial detalhada. Portanto, é aconselhável que o profissional atribua um número de inventário provisório a cada peça, sendo fundamental para a segurança do acervo e conhecimento geral sobre sua história (PADILHA, 2014).

O arrolamento foi uma iniciativa da Fundação Lagunense de Cultura e teve a contribuição de equipes de estagiários que mantinham a constância do projeto, supervisionados pela Supervisão de Patrimônio Material da instituição, representada pela arquiteta e urbanista Francielen Meurer. O levantamento teve início no segundo pavimento com uma primeira equipe que começou seus trabalhos em dezembro de 2018 até dezembro de 2020.

Tabela 01 – Primeira equipe de estagiários

Primeira equipe (2018-2020)		
Nome	Grau de escolaridade	Período de estágio
David Schmitt Correa	Ensino Médio	2019
Júlia Marcelino Garcia	Ensino Médio	2019 – 2020
Lucas Silva Alves	Ensino Médio	2019
João Guilherme Rocha Pereira	Ensino Médio	2018 – 2019

Fonte: Registro de Arrolamento (2018 - 2022), p. 01 - 19. Museu Histórico Anita Garibaldi.

A segunda equipe retomou os trabalhos com as peças faltantes do segundo pavimento e com o primeiro pavimento.



Tabela 02 – Segunda equipe de estagiários

Segunda equipe (2021-2022)		
Nome	Grau de escolaridade	Período de estágio
Annamaria Giacomelli Borraz	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo	2021
Ana Clara Aguado	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo	2021 - 2022
Beatriz da Rosa Santos	Ensino Médio	2022
Kailaine Boni Marques	Ensino Médio	2021
Larissa Cabral	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo	2021
Marcela Martins Tavares	Graduanda de História	2021 – 2022
Manuela Goulart	Graduanda de História	2021

Fonte: Registro de Arrolamento (2018 - 2022), p. 19 - 60. Museu Histórico Anita Garibaldi.

Foram utilizados como referências para a identificação e complementação de dados de algumas peças, as listagens de controle interno geradas pelos próprios trabalhadores das antigas equipes que administraram o museu ao longo dos anos, além da cópia do Primeiro Livro Tombo, que trazia os primeiros registros de informações dos acervos. Grande parte dos documentos norteadores encontravam-se incompletos e acabaram se perdendo à medida que as gestões passavam, restando ainda alguns registros que apresentavam informações relevantes, como a origem e doação de algumas peças.

Durante o arrolamento, também foi percebido o registro de peças que já não se encontravam mais nas coleções do acervo. Não houve um levantamento dessas peças, uma vez que se manteve a prioridade de fazer o salvamento do registro das peças que permaneciam no museu.

A verificação das peças foi efetuada partindo do espaço em que cada coleção se encontrava no museu, isto significa que o levantamento foi proposto a partir das salas de exposição e Reserva Técnica do museu. Nos casos em que a sala fosse muito grande - como aconteceu no segundo pavimento – recebeu-se uma subdivisão referente a cada coleção de objetos.

A planilha foi organizada da seguinte forma: número provisório, número anterior, nome, materiais, medidas, descrição, estado de conservação, localização. Os números tombo existentes permaneceram na listagem no campo “números anteriores” e na peça foram substituídos por uma numeração nova, uma vez que a antiga, em parte dos casos, já não estava mais presente na peça:

“Em todos os casos em que as equipes identificassem a existência de um mesmo número de tombo para um conjunto de peças, deveria ser realizado o seu



desdobramento numérico até o último item, possibilitando a quantificação exata e a manutenção da noção do conjunto formado pelas peças” (MONTEIRO, 2010, p. 36).

Diante disso, em todo conjunto de peças era adicionado uma quantidade de dígitos referentes (a,b,c; 1,2,3) após a numeração padrão:

Tabela 03 – Exemplificação de conjunto de peças preenchidos no levantamento

Nº Provisório	Nº Anterior	Nome	Materiais	Medidas (cm)	Descrição	Estado de Conservação	Localização
M561A	-	Prato	Cerâmica	A= 2,0 L= 19,0 C= 19,0	Peça de conjunto de três pratos, da empresa holandesa <i>Societe Ceramique Maestricht</i> . Nessa peça, é representado o cenário de verde com duas galinhas, uma branca e outra malhada em azul. As bordas são azuis.	Bom	Reserva técnica
M561B	-	Prato	Cerâmica	A= 2,0 L= 19,0 C= 19,0	Peça de conjunto de três pratos, da empresa holandesa <i>Societe Ceramique Maestricht</i> . Nessa peça, é representado o cenário de verde com duas galinhas, uma branca e outra malhada em azul. As bordas são azuis.	Bom	Reserva técnica

Fonte: Ficha de Registro (2018 - 2022), p. 01. Museu Histórico Anita Garibaldi.

Os números novos criados de forma provisória, sempre iniciados por “M” (MXXX), compõem o código de identificação da unidade museológica do Museu Histórico Anita Garibaldi, se diferenciando do código criado para o acervo do núcleo da Casa de Anita (CAXXX). Esse processo facilitou a equipe no momento em que houve a necessidade de fazer os levantamentos separados e identificar as peças que vieram da antiga exposição da Casa de Anita Garibaldi para o Museu Histórico Anita Garibaldi

Todas as peças do acervo receberam sua nova numeração transcrita sob verniz com tinta Nanquim eu variava entre preta ou branca, dependendo da coloração do objeto. Seguindo as instruções de:

“[...] realizar limpeza no local que será feito o registro, seguindo instruções de um conservador; passar uma camada de verniz no local e após registrá-lo com tinta nanquim (preta ou branca) ou com caneta permanente; e, por fim, passar outra camada de verniz para protegê-lo. Deve-se atentar para os objetos em papel, no qual a marcação deverá ser realizada com lápis 6B macio” (PADILHA, 2014, p. 44).

Após o registro, as peças eram fotografadas, bem como os artefatos que faziam parte de algum conjunto – como forma de facilitar a identificação – fotografando as peças individuais e juntas ao conjunto. Todos os registros eram adicionados em um *Drive* de acesso da Fundação Lagunense de Cultura e dividido nas sessões referentes as salas de exposição. A ideia seria transformar esse acesso público para que a comunidade pudesse “acessar” o museu virtualmente.



Figura 02 – Inscrições com nº provisório do arrolamento



Fonte: Museu Histórico Anita Garibaldi, 2021.

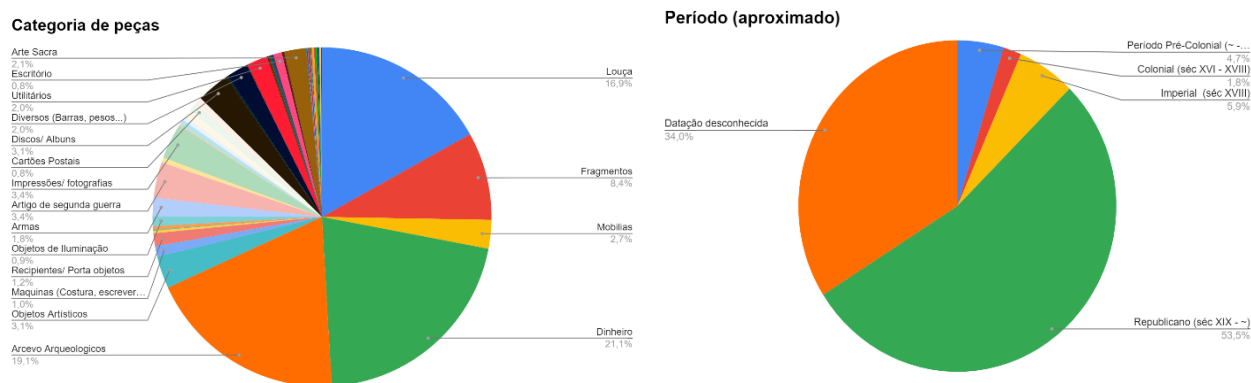
Os objetos registrados no arrolamento foram armazenados em caixas de polipropileno (para serem transportadas para restauro, o que acabou não acontecendo por falta de recurso). Diante disto, o acervo foi embalado antes de ir para a caixa com material específico e adequado, tipo papel *no-woven* (entretela de papel sem goma), algodão, papel neutro ou alcalino (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p. 28), sendo no caso o TNT. Também foram adicionadas na embalagem dos acervos, camadas de plástico bolha, que variavam com a necessidade da peça, como forma de proteger peças mais sensíveis, acolchoando-as.

O estudo levantou cerca de 2.400 peças que se distinguiam entre artefatos religiosos, mobiliários e utilitários domésticos, moedas, artefatos de artilharia, fotografias e objetos artísticos (telas, discografias, etc.) até artefatos referentes a pré história da região. As equipes conseguiram extrair muitas informações referentes a origem de doação de algumas peças bem como seu período aproximado a partir de registros antigos ainda existem.

Boa parte do acervo levantado foi identificado como: mobiliário, louças, utilitários domésticos e seus fragmentos (que variavam desde vasos, bacias, pratos, mesas até pias fragmentadas). Muitos possuíam registrado brasões e marcas de fabricação, o que possibilitou a pesquisa de seu ano de origem, em maioria datavam entre o final do séc. XIX e início do séc. XX.



Figura 03 – Parcial do levantamento do acervo MHAG



Fonte: Apresentação Pública de relatórios dos trabalhos de arrolamento do acervo e projetos de restauro e proposta expositiva do Museu Histórico Anita Garibaldi - MHAG. 2022.

Conjuntos de moedas também totalizaram um número considerável no acervo, foram registros moedas brasileiras (cruzeiros, cruzados, réis), bem como moedas argentinas, uruguaias, suecas, finlandesas, alemãs, estadunidenses, etc. O acervo também contava com uma vasta coleção de artilharia que também foi identificada pelos registros dos levantamentos antigos resgatados e pelas transcrições de fabricação presente em algumas peças, assim como, artigos relacionados a FEB³, como: cantil, bolsas, porta projéteis, etc.

Tabela 04 – Exemplificação do registro das peças arqueológicas

Nº da peça	AxLxP
M504	12x19x23
M505	14x15x15,5
M506	11x19x18
M507	08X13X27,5

Fonte: Ficha de Arrolamento (2018 - 2022), p. 01. Museu Histórico Anita Garibaldi.

Além disto, foi possível levantar cerca de 400 peças de uma diversa coleção de artefatos relacionados ao tempo pré-histórico do município, em grande parte de granito e diabásio, mas que não há registro de sua origem de doação e de uma pesquisa aprofundada com profissionais que identificassem as peças com melhor detalhamento. A orientação do registo desses artefatos, seguiu-se com um nº provisório e a medida de suas proporções juntamente com a fotografia de cada objeto. Foi possível identificar artefatos líticos e cerâmicas. Também foram registrados outros artefatos relacionados a cultura indígena, mas que não possuem pesquisas que

³ “Dentre as muitas tarefas realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, destaca-se o papel da Força Expedicionária Brasileira, instituída pela Portaria Ministerial nº 47-44 em 09 de agosto de 1943, através da mobilização de aproximadamente 25 mil militares para compor o efetivo do Bloco dos Aliados” (BENTO, 2023, p. 01) durante a 2º Guerra Mundial (1939-1945).



confirmem sua origem e a qual grupos pertencem. Com os registros destas coleções, procura-se abrir portas para pesquisas mais aprofundadas dentro do museu.

É fundamental destacar os principais desafios enfrentados no projeto, relacionados às questões estruturais do museu, que apresentava patologias pontuais e algumas generalizadas, como ataque de xilófagos, umidade excessiva, manchas de mofo, reboco e pintura danificadas, entre outros. Bem como, a carência de mobiliário apropriado e de um ambiente com climatização adequada para as peças. Além disso, enfrentaram-se limitações orçamentárias para adquirir itens essenciais de papelaria e computadores de qualidade, que poderiam ter acelerado o processo. No entanto, tais recursos foram obtidos através de um trabalho contínuo e persistente da Supervisora de Patrimônio Material.

CONCLUSÃO

Entende-se que um museu cuja coleções não estão devidamente documentadas não conseguirá desempenhar suas funções de gerar, comunicar e dinamizar o conhecimento relacionado ao patrimônio e à sociedade, tornando-se, assim, inútil para seu público (NOVAES, 2000, p. 44). Dessa forma, embora os percalços orçamentários que impossibilitaram uma pesquisa mais acurada e uma equipe técnica especializada, conjuntamente, com os problemas de infraestrutura que a edificação também apresentava. Possibilitou-se ter um documento, por meio de uma equipe que garantiu a continuidade do projeto, que apresentasse a realidade do acervo e que abrisse portas para projetos futuros de aprimoramento de segurança, pesquisa e preservação do museu e seu acervo.

Vale ressaltar que, o trabalho possibilitou um levantamento concreto da totalidade e diversidade de cerca de 2.400 peças do acervo presente no Museu Histórico Anita Garibaldi atualmente, abrindo a possibilidade de uma instituição com um registro de acervo democrático e usufruído pela sociedade e destacando a importância do arrolamento como uma ferramenta crucial para o processo de documentação do patrimônio cultural.



REFERÊNCIAS

O ALBOR. Museu Anita Garibaldi – SC. ed. 2638. Laguna, 30 de jun. 1956, p. 1. Instituição de custódia: Arquivo Público de Laguna (Casa Candemil).

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF.

BENTO, H. D. G. **A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial**: Uma análise da difusão de valores e do conhecimento populacional nos dias de hoje. Departamento de Educação e Cultura do Exército: Curitiba, 2023. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/12393/1/A%20for%C3%A7a%20expedicion%C3%A1ria%20brasileira%20na%20segunda%20guerra%20mundial%20uma%20an%C3%A1lise%20da%20difus%C3%A3o%20de%20valores%20e%20do%20conhecimento%20populacional%20nos%20dias%20de%20hoje.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

CITTADIN, A. P.; CRUZ, C. F.; BOGO, R. L. (orgs.); LUCENA, L. M. F. **Educação patrimonial no centro histórico de Laguna**. Florianópolis, SC: IPHAN, 2020.

MONTEIRO, J. Diretrizes teórico-metodológicas do projeto. In: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO; ACAM PORTINARI. **Documentação e conservação de acervos museológicos**: Diretrizes. São Paulo: Fundação de Energia e Saneamento, 2010. p. 30 – 46.

NOVAES, L. R. Da organização do Patrimônio Museológico: refletindo sobre documentação museológica. In: Museologia Social, SMC, Porto Alegre, 2000.

LOURENÇO, A. S. G. A. Patrimônio cultural e cidadania. In: CAMPOS, J. B.; PREVE, D. R.; SOUZA, I. F. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015.

PADILHA, R. C. **Documentação Museológica e gestão de acervo**. Coleção Estudos Museológicos vol. 2. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2014.

RAMOS, C. M. Documentação e conservação de acervos: requisitos Decisivos para a preservação patrimonial. In: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO; ACAM PORTINARI. **Documentação e conservação de acervos museológicos**: Diretrizes. São Paulo: Fundação de Energia e Saneamento, 2010. p. 14 – 25.

SCHMITT, Â. M. Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações. **Revista Esboços**, Florianópolis, v.25, n.40, p. 358-377, 2018.

TEIXEIRA, L. C.; GHIZONI, V. R. **Conservação Preventiva de Acervos**. Coleção Estudos Museológicos vol. 1. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2012.

ZALLA, J.; MENEGAT, C. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, p. 49-70, 2011.



ZANIRATO, S. H; RIBEIRO, W.C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NwJwRjnrD9RKZ5pNNvYJTZf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de mai. 2024.

Realização:



Programa de Pós-Graduação
em História Social e
Patrimônio Cultural



ARQUITETURA
E URBANISMO



Apoio:

